



Anais da Assembléia

Nº 045

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 22 DE ABRIL DE 1996

ANO XXXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgard Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Berlinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; **PSDB – 10:** Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; **PMDB – 10:** Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; **PTB – 07:** Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; **PPB – 06:** Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zuochi; **PFL – 05:** Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Reny Borsatto - Plauto Miró Guimarães; **PT – 05:** Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 11ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 1996

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados: Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

Às quinze horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Amibelli, Augustinho Zucchi, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielese, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Pomanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Porsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (52). Achando-se ausentes os Senhores Deputados: Anibal Khury e Pasílio Zanusso (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1113

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a Votação em Bloco das Proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 22.04.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1112

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a votação em separado da Proposição nº 007/96, item 02 da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 22.04.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1113 de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Em discussão o Requerimento do Deputado Alborghetti.

Para discutir, concedo a palavra - para encaminhar a votação do Requerimento - ao Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para encaminhar) - Senhor Presidente.

Analisando a Ordem do Dia de hoje, não temos, por exemplo, Veto, porque declarou de Utilidade Pública ou qualquer outra questão. Ao analisá-la, vemos que todos os três itens são completamente diferentes, não há razão desta Casa votar em bloco, principalmente hoje.

Solicito a todos os Senhores Deputados que não aprovem tal Requerimento, votando contrário, pois não tem sequer semelhança entre os itens da Ordem do Dia. Nesse sentido, solicitamos aos Senhores Deputados, derrubar tal Requerimento, ou até solicitar ao Deputado proponente, que retire o Requerimento, que acho que seria até bem mais fácil do que colocar em votação, faço esta proposta ao Deputado requerente, que retire o Requerimento e possamos analisar item por item, devido a importância de cada um deles.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Continua em votação o Requerimento do Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Concedo a palavra, Pela Ordem, ao Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER (Pela Ordem) - Entre já com um Requerimento, solicitando votação em separado do item nº 2 da Pauta: Proposição nº 007/96.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação o Requerimento proposto pelo Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Os Senhores Deputados que concordam com o mesmo, permaneçam como estão.

Aprovado.

Havendo número legal dos Senhores Deputados, o Senhor 1º Secretário fará a contagem dos votos a favor e contrários.

Solicito aos Senhores Deputados que tomem assento em seus lugares.

Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, permaneçam como estão.

Aprovado.

O Deputado Rosinha apresenta um Requerimento, solicitando uma votação separada do projeto do item nº 2.

Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento do Deputado Doutor Rosinha, permaneçam como estão.

Aprovado o Requerimento. Conseqüentemente, o item 2 sai da votação em bloco dos demais projetos.

De conformidade com os Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Doutor Rosinha, acima aprovados, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 006/96, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 403/95, de autoria do Deputado Beto Richa, que regulamenta o Art. 43 da Constituição Estadual. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/OTL/SEEG Nº 001/96

Curitiba, 03.01.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 225/95, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade pelo disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 403/95, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo adotar normas legais pertinentes às disposições funcionais de servidores da Administração Indireta e Direta do Poder Executivo, cedidos para órgãos do Estado do Paraná, de outros Estados, do Governo Federal e dos Municípios.

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em referência, decorre de sua inconstitucionalidade, eis que, buscando regulamentar o art. 43, da Carta Estadual, o faz de forma tão ampla, chegando ao ponto de conflitar-se com aquele preceito. Note-se que

o mandamento constitucional é de cunho restritivo à cessão de servidores públicos para prestação de serviços fora de sua lotação, ao passo que o projeto de lei ora vetado é, predominantemente, permissivo, extrapolando, portando, as limitações impostas pelo citado art. 43, da Constituição do Estado do Paraná.

Melhor esclarecendo os motivos do veto ora apostado seguem, adiante transcritos, tópicos do Parecer nº 250/95-PGE, os quais são por mim endossados:

... "O projeto em tela visa regulamentar as disposições funcionais dos servidores públicos, previstas no art. 43 da Constituição Estadual, com a seguinte redação:

'É vedada a cessão de servidores públicos da administração direta ou indireta do Estado a empresas públicas ou privadas, salvo a órgãos do mesmo poder, comprovada a necessidade, ou para o exercício de função de confiança, nos termos da lei.'

O art. 1º do projeto afronta a Constituição.

Não é constitucionalmente permitida a cessão de servidores públicos, senão em caso de necessidade comprovada e, ainda assim, para órgãos do mesmo poder a que originalmente se vincula o funcionário.

Há uma única exceção.

Trata-se da cessão para fins de assunção de funções de confiança, aí sim, a cessão é livre e incondicionada, podendo-se até interpretar a Constituição Estadual extensivamente e reconhecer-se a liceidade de cessões entre órgãos de poderes diversos ou de pessoas políticas diversas.

Como resta claro de uma leitura superficial do Projeto, ele não se conforma aos limites constitucionalmente traçados.

Além disso, há a questão do ônus.

Não é razoável nem atende ao princípio constitucional da moralidade administrativa, que a lei ordinária permita a cessão de funcionários com ônus para o Estado cedente.

A razão é óbvia.

Permitida a cessão com ônus, o Estado ou órgão cedente, além de sofrer com a perda do funcionário, sofrerá pela perda pecuniária correspondente ao pagamento dos vencimentos de um funcionário que serve ao Estado ou órgão cessionário."...

Esses os motivos que me levaram a votar o projeto de lei que, em anexo restituiu a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA BELINATTI

Governadora do Estado, em exercício
(O Projeto de Lei nº 403/95 encontra-se publicado no D.A. Nº 132, de 10.10.95.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO N° 06/96

P A R E C E R:

A Proposição n° 06/96, ora em exame, apresenta veto aposto ao Projeto de Lei n° 403/95, de autoria do nobre Deputado Beto Fichta, e que dispõe sobre disposições funcionais de servidores da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, para outras esferas administrativas, conforme especifica.

Da análise das razões de veto, constantes do Of/CIL/SEEG n° 001/96, verifica-se que o mesmo foi aposto em conformidade com as disposições constitucionais que enfatizam a matéria (art. 71, § 1° da Constituição Estadual), estando, portanto, em condições de ser apreciado pelo duto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

LUIS CLAUDIO ROMANELLI - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 010/96, Veto aposto ao Projeto de Lei n° 123/95, de autoria do Deputado João Techy Filho, que autoriza o Poder Executivo a introduzir a disciplina de Técnicas Agrícolas e Meio Ambiente, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/CIL/SEEG n° 013/96

Curitiba, em 17.01.96.

Senhor Presidente.

Terho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 143/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 123/95, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo introduzir a disciplina de Técnicas Agrícolas e Meio Ambiente, na 5.ª a 8.ª séries, das escolas estaduais.

O presente veto decorre do pronunciamento contrário à medida, expendido pela Secretaria de Estado da Educação (Informação n° 01/96 do Departamento de Ensino de Primeiro Grau) que, em anexo, integra, como razões fundamentais, o veto ora apostado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA BELINATTI

Governadora do Estado, em exercício

I N F O R M A Ç Ã O

Senhor Presidente.

Cumpr-me informá-lo que o relator desse projeto de lei, Deputado Eduardo Trevisan, devolveu-o a essa Secretaria sem parecer, solicitando a nomeação de outro Relator.

DESPACHO

Diante da informação acima, será designado novo relator, de acordo com o Regimento Interno dessa ALEP.

Sala das Comissões, em 04.03.96.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente

(O Projeto de Lei n° 123/95, foi publicado no D.A. n° 39 de 25.04.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VETO N° 10/96

P A R E C E R:

Trata-se de veto do Excelentíssimo Senhor Governador ao Projeto de Lei n° 123/95.

O direito do veto está amparado ao Art. 87, inciso VII e na conformidade ao disposto no § 1°, do Art. 71, da Constituição do Estado do Paraná.

A inclusão de disciplina no currículo escolar é considerada de competência do Conselho Estadual, lembrando ainda que estão sendo elaboradas as alterações na Lei n° 5.692/71, Lei Federal de Diretrizes Básicas da Educação, porém por tratar-se de lei autorizatória, este relator entende que o presente veto seja apreciado pelo Plenário desta Casa, pelo inegável mérito da proposição em questão.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 17.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

Senhores Deputados, peço a atenção, os Senhores Deputados que votarão com a cédula SIM irão manter o Veto, e os que votarão com a cédula NÃO rejeitarão o Veto.

Em votação o item n° 1 do projeto ... uma discussão única do Veto apostado ao Projeto de Lei n° 403/95 e o item n° 3 - o Veto apostado ao Projeto de Lei n° 123/95. O primeiro de autoria do Deputado Beto Fichta e o segundo de autoria do Deputado João Techy Filho.

Em votação os dois Vetos. O Senhor 1° Secretário fará a leitura da chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1° SECRETÁRIO - Procede a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Votaram quarenta e três Senhores Deputados.

Convoco os Deputados Caíto Quintana, Valdir Rossoni, Ângelo Vanhoni, César Seleme e Cezar Silvestri para fazerem escrutinação dos votos, sob a supervisão do Líder do Governo Deputado Algaci Túlio.

Resultado dos votos ao Veto aposto.

Quarenta e três (43) votantes.

Vinte e sete (27) pela manutenção do Veto.

Quatorze (14) contrários.

Dois (2) votos em branco. ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 007/96, Veto parcial ao Projeto de Lei nº 081/95, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que autoriza o Poder Executivo a empreender estudos e o planejamento necessários à construção do Hospital Regional do Litoral, no Município de Paranaguá. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO CTL/SEEG Nº 287/95

Curitiba, 21.12.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 207/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de nº 081/95, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a empreender estudos necessários à construção do Hospital Regional do Litoral, tendo o veto parcial aposto incidido sobre o art. 3º e seu parágrafo único.

Os mencionados dispositivos não foram acolhidos porque, pelo decurso de tempo já decorrido desde a apresentação do Projeto em causa, os prazos que os referidos artigo e parágrafo estabelecem, estão inteiramente superados, porque a determinação de conclusão dos preconizados estudos em 1995 e a inclusão de recursos da Lei de Meios para 1996, são, nesta altura do corrente exercício, inviáveis.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

COMISSÃO E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 07/96

P A R E C E R:

A presente proposição veto, oriunda do

Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 081/95 de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que autoriza o Poder Executivo Estadual a empreender estudos e o planejamento necessários à construção do Hospital Regional do Litoral, no Município de Paranaguá.

De acordo com o prazo regimental, esta Comissão nada encontrou que possa obstar sua normal tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Convoco novamente o Senhor 1º Secretário, Deputado Luiz Carlos Martins a chamar os Senhores Deputados a votarem o item nº 02 da pauta: veto aposto ao projeto de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente, posso pedir um esclarecimento?

Gostaria de saber se o Veto que está sendo apreciado agora é o Veto aposto ao meu projeto? É este?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Comuniquei e Vossa Excelência estava conversando com o Deputado Caíto Quintana e disse que o Veto agora, item nº 02, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, Veto aposto ao seu projeto.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Posso fazer um esclarecimento?

(Assentimento).

Sou favorável à manutenção deste Veto, porque este Veto é um Veto parcial no que diz respeito às datas para viabilização do projeto lá no Hospital de Paranaguá.

Estou de acordo com o Veto aposto pelo Governador mesmo porque a Secretaria do Planejamento e o Governo do Estado aprovaram uma verba de nossa iniciativa no Orçamento do Estado para esse ano e já têm estudos na Secretaria da Saúde, para viabilizar a construção de um hospital atrás da Santa Casa de Misericórdia. O Veto aposto pelo Governador é correto e solicito aos companheiros Deputados que mantenham o Veto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente acatado pela Mesa Diretora e mais uma vez cumprimentando Vossa Exce-

lência que dá mostras da clarividência e principalmente da posição política e administrativa, somadas a interesses não só do Estado, mas também e tão somente ligada à área do litoral do Paraná.

Nossos cumprimentos.

Continua a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins)

Continua a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Quarenta e quatro Senhores Deputados votaram. É com satisfação que registro, ao lado da Mesa Executiva, a presença do nosso Chefe do Cerimonial, o nosso servidor Odilon acompanhado de sua filha, que vem agradecer a todos os Senhores Deputados e principalmente ao Deputado Antonio Martins Annibelli, que com a aquiescência dos 53 Senhores Parlamentares, o ajudaram na enfermidade que foi acometido. O agradecimento está registrado e não fizemos mais nada do que aquilo que todos os Senhores Deputados fazem para servidores, para eleitores e até para quem não conhecem.

Convido os Senhores Deputados Marquinhos Alves, Carlos Simões, Péricles Mello, Sâmis da Silva e Ricardo Chab a fazerem a contagem dos votos.

Quarenta e quatro Senhores Deputados votaram.

Pela manutenção do Veto, trinta e cinco votos; pela rejeição do Veto, cinco votos; votos em branco, três; e votos nulos, um; perfazendo os quarenta e quatro.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para terça-feira dia 23, logo após ao término da sessão ordinária com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 030 e 039/96.

Levanta-se a sessão.

Atos da Comissão Executiva:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 054/96

I - exonerar, a pedido, REGINA MARIA SPERANÇA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Edgar Bueno, a partir de 1º de abril de 1996;

II - prover, REGINA MARIA SPERANÇA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Edgar Bueno, a partir de 1º de abril de 1996;

III - exonerar, a pedido, JAIR JOÃO

Curitiba, segunda, em 22.04.96

BORDIGNON, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Edgar Bueno, a partir de 1º de abril de 1996;

IV - prover, JAIR JOÃO BORDIGNON, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Edgar Bueno, a partir de 1º de abril de 1996;

V - prover, GUSTAVO HENRIQUE DIETRICH, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Edgar Bueno, a partir de 1º de abril de 1996;

VI - prover, INGBORD FEGINA DIESEL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Edgar Bueno, a partir de 1º de abril de 1996.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 055/96

I - exonerar, a pedido, MARIA LUIZA HUBNER, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de abril de 1996;

II - prover, MARIA DE LURDES TAVERNA BETINARDI, para exercer o cargo em Comissão 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de abril de 1996.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 056/96

I - prover, ANTONIO CARLOS SALLES BELINATI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Antonio Belinati, a partir de 1º de abril de 1996;

II - autorizar ANTONIO CARLOS SALLES BELINATI, a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de abril de 1996, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 057/96

exonerar, a pedido, LUIZ ARI TEIXEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 1º de abril de 1996.

(Prot. n° 2573)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 058/96

I - exonerar, a pedido, CYNTHIA SALLES BELINATI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Antônio Belinati, a partir de 1º de abril de 1996;

II - exonerar, a pedido, ALFREDO DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Antônio Belinati, a partir de 1º de abril de 1996;

III - exonerar, a pedido, GILMAR ALVES DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Antônio Belinati, a partir de 1º de abril de 1996;

IV - prover, GILMAR ALVES DA SILVA,

para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Antônio Felinatti, a partir de 1º de abril de 1996;

V - prover, JUSSARA DAS GRAÇAS TOLEDO CAVALHEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Antônio Felinatti, a partir de 1º de abril de 1996.

(Prot. n° 2325)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 059/96

I - exonerar, a pedido, FLORISVALDO RAIMUNDO DE SOUZA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Emerson Nerone, a partir de 1º de abril de 1996;

II - prover, EVANDRO JOSÉ DA CRUZ DE ARAÚJO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Emerson Nerone, a partir de 1º de abril de 1996;

III - autorizar EVANDRO JOSÉ DA CRUZ DE ARAÚJO, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de abril de 1996, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 2458)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 060/96

I - exonerar, a pedido, ORESTES NICOLAU TÚLIO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Luiz Accorsi, a partir de 1º de abril de 1996;

II - prover, SANDRO PICCOLO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Luiz Accorsi, a partir de 1º de abril de 1996;

III - autorizar SANDRO PICCOLO, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de abril de 1996, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 2553)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.04.96.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 061/96

I - exonerar, a pedido, SHEILA MARIZE TOLEDO PEREIRA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do P.P.B., a partir de 1º de abril de 1996;

II - prover, JOSÉ CLAUDEMIR ZULAI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do P.P.B., a partir de 1º de abril de 1996.

(Prot. n° 2650)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 062/96

I - exonerar, a pedido, LUIZ ALFREDO SLUSARZ, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Péricles Mello, a partir de 1º de abril de 1996;

II - prover, MARIA ALICE FREITAS SLUSARZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Péricles Mello, a partir de 1º de abril de 1996.

(Prot. n° 2666)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 063/96

I - exonerar, a pedido, RUBENS LUIZ CALDARELLI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, da Administração deste Poder, a partir de 1º de abril de 1996;

II - prover, RUBENS LUIZ CALDARELLI FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, da Administração deste Poder, a partir de 1º de abril de 1996;

III - autorizar RUBENS LUIZ CALDARELLI FILHO, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de abril de 1996, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 2668)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 064/96

I - exonerar, a pedido, ERIC GIOVANNI ZIEGEMANN, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de abril de 1996;

II - prover, HANS HERBERT ZIEGEMANN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de abril de 1996.

(Prot. n° 2670)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 065/96

exonerar, a pedido, ZENIR TEIXEIRA DE ALMEIDA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessora Técnica da 1ª Secretaria, a partir de 1º de abril de 1996.

(Prot. n° 2675)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 02.04.96

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 066/96

I - exonerar, a pedido, ALESSANDRO CONFORTO, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de abril de 1996;

II - prover, MÁRCIO CAGNI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de abril de 1996.

(Prot. n° 2680)

ATO DE COMISSÃO EXECUTIVA N° 067/96

I - exonerar, a pedido, LUIZ YOSHIO SUZUKE, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Irineu Colombo, a partir de 1º de abril de 1996;

II - exonerar, a pedido, MÁRIO LUIZ ALVES, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Irineu Colombo, a partir de 1º de abril de 1996.

(Prot. n° 2681)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 068/96

I - exonerar, a pedido, JANE TEREZA KINGERSKI RODRIGUES, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado César Seleme, a partir de 1º de abril de 1996;

II - prover, LUCIANA RODRIGUES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado César Seleme, a partir de 1º de abril de 1996;

III - autorizar LUCIANA RODRIGUES, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de abril de 1996, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 2694)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 069/96

I - exonerar, a pedido, GERVESON TRAMONTIN DA SILVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Péricles de Holleben Mello, a partir de 1º de abril de 1996;

II - prover, LÊA TRAMONTIN DA SILVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Péricles de Holleben Mello, a partir de 1º de abril de 1996;

III - autorizar LÊA TRAMONTIN DA SILVEIRA, a prestar serviço em Regime Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de abril de 1996, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174 de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 2697)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 04.04.96.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 070/96

I - exonerar, a pedido, JORGE DIAS DOS REIS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Reny Borsatto, a partir de 1º de abril de 1996;

II - exonerar, a pedido, JOSÉ DA SILVA COELHO NETO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Reny Borsatto, a partir de 1º de abril de 1996;

III - exonerar, a pedido, ANTONIO AFONSO FELICIO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Reny

Borsatto, a partir de 1º de abril de 1996;

IV - prover, PAULO SILAS BERVINT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Reny Borsatto, a partir de 1º de abril de 1996;

V - prover, LEONINA MARIA DE JESUS FELICIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Reny Borsatto, a partir de 1º de abril de 1996;

VI - prover, MÔNICA CRISTINA APRIVABENE COELHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Reny Borsatto, a partir de 1º de abril de 1996;

VII - autorizar, PAULO SILAS BERVINT, a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de abril de 1996, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. n° 2634)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 071/96

I - exonerar, a pedido, ROBERTO CARLOS SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado César Seleme, a partir de 1º de abril de 1996;

II - prover, SEMS HENRIQUE GIDIONI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado César Seleme, a partir de 1º de abril de 1996;

(Prot. n° 2803)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08.04.96.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 072/96

I - exonerar, a pedido, GERSON LUIZ MARTINS AMARAL, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Albanor Gomes, a partir de 1º de abril de 1996;

II - prover, LURDES MARIA MINOZZO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Albanor Gomes, a partir de 1º de abril de 1996;

(Prot. n° 2839)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 073/96

exonerar, a pedido, AGENOR JOSÉ ELIAS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da 1ª Secretária, a partir de 1º de abril de 1996.

(Prot. n° 2856)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 074/96

I - prover, JOÃO BATISTA SIQUEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da 1ª Secretária, a partir de 1º de abril de 1996; e,

II - autorizar, JOÃO BATISTA SIQUEIRA, a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva na base de

cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de abril de 1996, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 2857)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 075

I - exonerar, a pedido MARCELO ESTEVES SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenador Adjunto da Coordenação das Comissões, a partir de 1º de abril de 1996;

II - prover, BRAZ ALVES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenador Adjunto da Coordenação das Comissões, a partir de 1º de abril de 1996; e,

III - autorizar, BRAZ ALVES, a prestar serviços na base de cem por cento (100%) de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de abril de 1996, de acordo com o art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de

1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 076/96

I - exonerar, ANA CLAUDIA LOPES DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de abril de 1996;

II - prover, AILTON ANTUNES DE SÁ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de abril de 1996;

III - prover, ANA CLÁUDIA LOPES DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1º de abril de 1996.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 09.04.96.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário

NELSON GARCIA

2º Secretário